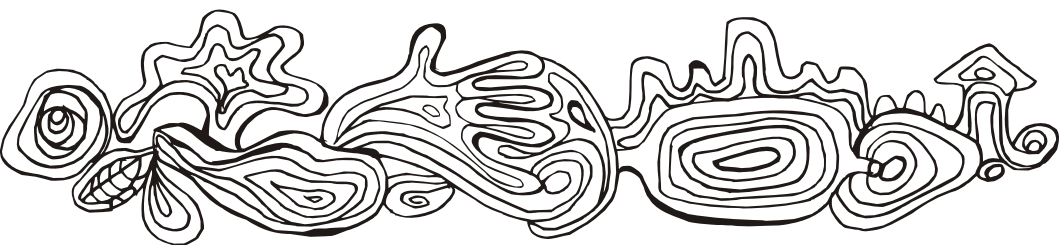


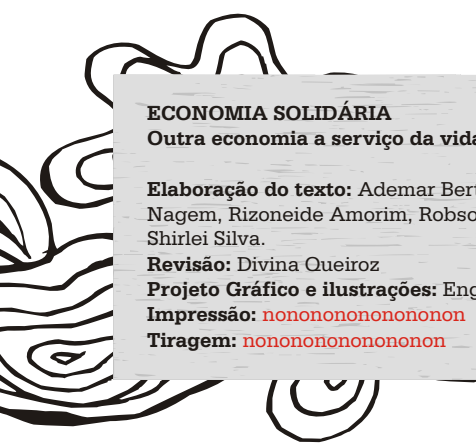
Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC

Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES

ECONOMIA outra economia
SOLIDÁRIA A SERVIÇO DA VIDA
acontece





ECONOMIA SOLIDÁRIA

Outra economia a serviço da vida acontece

Elaboração do texto: Ademar Bertucci, Claudia Lima, Daniel Tygel, Fernanda Nagem, Rizioneide Amorim, Robson Patrocínio de Souza, Rosana Kirsch e Shirlei Silva.

Revisão: Divina Queiroz

Projeto Gráfico e ilustrações: Engenho - suporte em comunicação

Impressão: nonononononononon

Tiragem: nonononononononon

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	05
---------------------------	----

PARTE I

Por que outra economia?	07
1.1 Para início de conversa.....	08
1.2 A economia hoje está a serviço do capital.....	09
1.3 Será que tem jeito?.....	10
1.4 Pensar outra economia rumo a outro desenvolvimento.....	10
1.5 Outra economia é possível.....	13
1.6 Mas o que é Economia Solidária?.....	14
1.7 A trajetória recente da Economia Solidária no Brasil.....	16
1.8 A organização política da Economia Solidária no Brasil.....	17

PARTE II

Outra economia já acontece	21
2.1 Construindo a PRODUÇÃO sustentável, o COMÉRCIO justo e o CONSUMO solidário.....	23
2.2 Construindo um sistema de FINANÇAS solidárias.....	26
O que acontece com o sistema financeiro no mundo?.....	26
E no Brasil?.....	27
As finanças solidárias na prática.....	28
2.3 Construindo EDUCAÇÃO e CULTURA solidárias.....	29
2.4 Conquistando a cidadania: reconhecimento e direito a uma Economia Solidária.....	32
Conquistas e desafios.....	34
Leis e programas municipais e estaduais de Economia Solidária.....	34
Lei da Merenda Escolar.....	35
PRONADES - Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária.....	35
Lei do cooperativismo.....	36
Lei geral da Economia Solidária.....	36

PARTE III

Como contribuir para fortalecer uma economia a serviço da vida?	37
Consumir responsavelmente.....	38
Montar um empreendimento de Economia Solidária.....	39
Participar dos fóruns locais de Economia Solidária.....	39
Participar e se juntar a outros movimentos e campanhas.....	39
Pressionar o poder público, vereadores e deputados.....	40
Ajudar a aprovar uma lei de iniciativa popular para a Economia Solidária.....	41
Glossário de termos e siglas.....	43
Para saber mais.....	44
Onde encontrar fóruns de Economia Solidária.....	44
Fontes para informação e busca.....	44
Páginas na internet de organizações e redes.....	45
Bibliografia.....	46





APRESENTAÇÃO

ideia da publicação de uma cartilha popular específica sobre economia solidária surgiu após diálogos entre o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a Cáritas Brasileira, o Instituto Marista de Solidariedade e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC. Diálogos construídos no marco da preparação da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010 que terá como tema “Economia e Vida” e como lema “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6,24). A cartilha é parte do conjunto de materiais da CFE 2010 que serão distribuídos em todo Brasil.

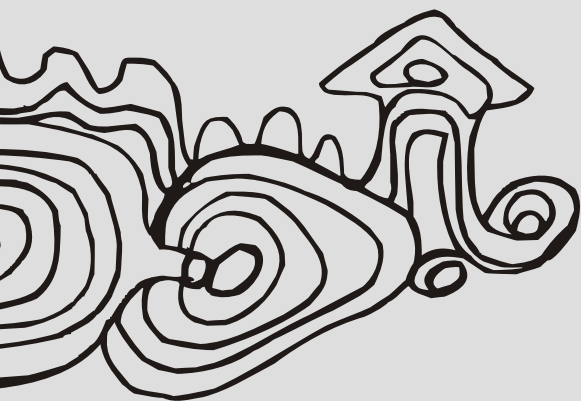
Ela nasce num momento especial, quando a Campanha da Fraternidade Ecumênica traz a oportunidade de conversarmos sobre Economia como algo que faz parte do nosso dia a dia como gestão da vida.

A palavra “Economia” significa “cuidado da casa”. Então, quando falamos de gestão ou cuidado com a casa, já estamos fazendo Economia. Mas de que “casa” estamos falando? Do nosso planeta, nosso país, nosso estado? Do bairro onde moramos? Das nossas escolas, teatros, cinemas, praças? Tudo isso é a minha casa onde moro com milhares e milhões de pessoas.

Isso nos traz outra pergunta: “De que maneira eu contribuo para o bem viver na minha casa, no meu bairro, na minha cidade e em todos outros espaços em que me faço presente, vivo e participo?”. Acreditamos que a Economia Solidária oferece respostas a estas perguntas, ou pelo menos um caminho para respondê-las!

Dada a importância o tema da CFE 2010 “Economia e Vida”, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES tomou a iniciativa de elaborar esta cartilha “Economia Solidária: outra economia a SERVIÇO DA VIDA acontece”. Esta cartilha tem como objetivo apresentar o que é a Economia Solidária no Brasil, seus fundamentos, princípios, lutas, conquistas e organização em estados e cidades.

Esperamos que este material seja mais do que um instrumento de estudo sobre economia solidária, que se torne uma publicação que aproxime nosso diálogo com outros movimentos sociais e diversos atores e pessoas da sociedade, e contribua para pensar a economia a serviço da expansão da vida em todas as suas dimensões.





PARTE I

Por que outra economia?



1.1. PARA INÍCIO DE CONVERSA...

Quando falamos em ECONOMIA estamos nos referindo àquelas atividades de produção, distribuição, comercialização e consumo de bens e serviços. O termo economia vem do grego, formado pelas palavras oikos (casa) e nomos (costume ou lei). Daí o seu significado de regras para o cuidado com a casa, com o ambiente onde se vive. Cuidar significa atender as necessidades da casa, ou seja, das pessoas que compõem a casa.

Apesar da origem do termo se remeter a uma dimensão da vida privada (familiar, da casa), a economia é uma atividade social, ou seja, ela se realiza na sociedade porque envolve relações que se estabelecem entre as pessoas de uma comunidade, de uma cidade, de um país, do mundo, o nosso planeta. Por isso, podemos compreender a casa de forma mais ampla: o lugar onde vivemos, o ambiente onde estamos com outras pessoas, com as instituições (econômicas, políticas, culturais, sociais) e com os outros seres da natureza.

Podemos compreender melhor o significado da economia como o conjunto de atividades ou formas sociais de solução da relação entre as necessidades existentes (das pessoas e dos agrupamentos humanos ou sociedades) e os recursos disponíveis para satisfazê-las.

Um jeito que se tornou comum para pensar a economia parte do princípio que as necessidades são muitas ou ilimitadas enquanto os recursos são poucos, ou limitados. Isso significa que a economia se orienta pela escassez dos recursos. Daí surgiu a compreensão de que ser econômico (economizar) é ser eficiente, ou seja, fazer mais ou atender mais necessidades com menos recursos, que são escassos.

Isso até que tem um pouco de sentido. Sabemos, por exemplo, que a natureza tem limites e que é preciso cuidar bem dela para que a exploração econômica das riquezas naturais não inviabilize com a vida do planeta e coloque em risco a vida das gerações presentes e futuras.

O problema é que nem sempre os recursos disponíveis são suficientes para atender às necessidades de todos/as, exatamente porque são concentrados por poucos. Nesse caso, dizer que os recursos são escassos para a necessidade de muitos, apenas justifica um modo de organizar a economia da abundância para poucos.

Vamos entender melhor: A forma adotada pelas pessoas e pelas instituições econômicas, políticas e sociais para solucionar a relação entre satisfação de necessidades e disponibilidade de recursos define os **SISTEMAS ECONÔMICOS**. Estamos nos referindo a sistemas de organização da produção, distribuição e consumo dos bens e serviços.

Esses sistemas econômicos fazem parte do dia a dia das pessoas, das nações, do mundo inteiro. Para ficar mais claro, se o sistema econômico funciona acumulando os recursos (bens, riquezas) para satisfazer, sobretudo, as necessidades de quem já os possuem, ele gera a desigualdade entre as pessoas, entre os territórios, entre as regiões e os países. A busca por acúmulo de riquezas gera a morte, inclusive nas guerras que sempre são geradas por interesses econômicos, a morte causada pela fome, pelas doenças, pela falta de conhecimentos.

Isso não é novidade porque, com algumas poucas exceções, a sociedade na qual vivemos funciona exatamente assim.

1.2. A ECONOMIA HOJE ESTÁ A SERVIÇO DO CAPITAL

No **SISTEMA ECONÔMICO CAPITALISTA** as atividades econômicas são orientadas para gerar riquezas que são acumuladas ou apropriadas por aqueles que possuem bens, capital, recursos e conhecimentos. O capitalista tem por base a propriedade privada dos bens, dos recursos e, o mais importante de tudo, dos meios ou dos fatores de produção: os equipamentos, as empresas, a propriedade da terra etc.

Nas sociedades capitalistas, quem não possui esses recursos não consegue satisfazer suas necessidades básicas (alimentação, moradia, proteção, saúde, locomoção, educação, lazer...) e continua na pobreza.

Além disso, quem não tem bens e recursos tem que vender a sua capacidade de trabalhar para gerar riquezas. Por isso, a maior parte das pessoas possui apenas a própria força de **TRABALHO** que é vendida para quem já tem bens e riquezas acumuladas (o **CAPITAL**), em troca de um salário. Mesmo assim, a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados/as não consegue satisfazer suas necessidades fundamentais com a renda obtida no trabalho. O pior é que nem sempre há como exercer essa “liberdade” ou necessidade de vender a força de trabalho. Com isso, o desemprego significa a condenação à miséria para milhões de pessoas.

A desigualdade social é fruto de um sistema econômico orientado para a produção de riquezas que é concentrada pelos que já possuem capital (os capitalistas) e que mantêm a desigualdade social. Impera o desejo pelo lucro, a qualquer preço. A pobreza e miséria são consequências dessa concentração das riquezas para alguns, enquanto que a maioria não consegue satisfazer adequadamente suas necessidades básicas. Pobreza é não ter acesso a alimentos, à moradia, à proteção, à saúde, à educação... Não significa apenas não ter renda (dinheiro).

As instituições econômicas, sociais, políticas e culturais que foram concebidas nesse sistema reproduzem a desigualdade social. As conquistas democráticas são importantes porque podem causar contradições internas nessas sociedades, com a garantia do direito de organização da sociedade - em movimentos sociais e políticos - que pressionam por mudanças nas instituições para reduzir essas desigualdades e construir outros sistemas econômicos.

1.3. SERÁ QUE TEM JEITO?

Por isso, é possível pensar em outras possibilidades de organização da economia que não seja orientada pela ganância, pela sede de lucros que vão sendo acumulados e geram a desigualdade. Será que é possível satisfazer as necessidades com os recursos que estão disponíveis? É possível repensar a economia, definindo o que produzir, quando produzir, em que quantidade produzir e para quem produzir a partir de outros valores - da justiça, da igualdade, da solidariedade.

É disso que estamos falando: a economia pode ser geradora de igualdades, desde que seja orientada pela justiça social que significa a partilha justa dos bens e recursos para satisfazer as necessidades de todos/as e não de alguns.

Antes de avançar nesse assunto, vamos compreender por que é urgente e necessário construir outra economia e o que fazer para que isso seja realidade.

1.4. PENSAR OUTRA ECONOMIA RUMO A OUTRO DESENVOLVIMENTO

O DESENVOLVIMENTO tem sido interpretado e almejado pelas pessoas e sociedades como progresso: uma promessa do futuro. A ampliação das riquezas materiais e a geração de bem-estar - do conforto - leva à satisfação das necessidades humanas.

A expansão da atual concepção do desenvolvimento, compreendido como crescimento econômico, ocorre na metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, quando foi criado um clima mundial favorável ao chamado “desenvolvimentismo”, cujo carro-chefe era formado pela industrialização e urbanização. O crescimento da economia, medido pelo aumento da produtividade e da produção de riquezas, pela ampliação da capacidade de consumo nas cidades e pela modernização tecnológica, na produção e nos bens de consumo, virou sinônimo de desenvolvimento.

Na realidade, essa concepção de desenvolvimento está em crise! A promessa do futuro foi realizada em alguns países e para apenas uma parte das pessoas. Os indicadores econômicos e sociais marcam as fronteiras da pobreza e da riqueza entre continentes, países e suas populações. Trata-se de um modelo de desenvolvimento que tem por base o aumento constante da rentabilidade econômica e da competitividade nos mercados, desprezando os aspectos sociais e ambientais, o que faz prevalecer na sociedade as práticas de competição, dominação, corrupção, acumulação, individualismo, fragmentação, exploração, submissão etc.

A degradação do meio ambiente e o agravamento das desigualdades sociais colocam em risco as gerações presentes e futuras. Em alguns casos, ao contrário da promessa de futuro, o modelo capitalista de desenvolvimento destrói essa possibilidade, assim como destruiu civilizações passadas, tenta destruir ou submeter culturas tradicionais que resistem no presente, promove a máxima exploração dos recursos naturais e introduz técnicas sofisticadas que substituem o trabalho humano, levando a uma degradação das condições de vida da população.

Em pleno século XXI, assistimos a um retrocesso social, em um mundo marcado pela fome de comida e de justiça! A CRISE ALIMENTAR é fruto da especulação agrofinanceira que aumenta artificialmente o preço dos alimentos nas bolsas de valores; das mudanças climáticas que têm graves consequências em algumas culturas alimentares; do consumo e desperdício obscenos de alimentos por uma pequena parte da população; de um tipo de agricultura intensiva que desgasta a terra, desperdiça a água e asfixia a agricultura familiar e camponesa, entre outros fatores. O fato é que o número de famintos no mundo aumentou. Nos últimos anos pudemos assistir às “Guerras da Fome” motivadas pela disparada dos preços alimentares em muitos países empobrecidos.

A atual CRISE ECONÔMICA é o resultado do atual modelo de domínio do capital financeiro especulativo, ou seja, da jogatina das bolsas de valores. Quem paga a conta dessa crise são os trabalhadores e trabalhadoras: aumenta o número de desempregados; a redução de salários torna os trabalhadores pobres; aumenta o trabalho precarizado, entre outras consequências. Com isso, milhões de pessoas, sobretudo nos países empobrecidos, passam a integrar as filas da pobreza extrema, aumentando a dependência aos programas assistenciais, quando eles existem.

Outra consequência atual produzida por esse modelo de desenvolvimento é a CRISE ECOLÓGICA. O nosso planeta Terra está em transe! Os sintomas são cada vez mais claros de mudanças climáticas globais como consequências do aumento substancial da poluição atmosférica com concentrações de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso, causando o efeito estufa e o aquecimento global. Os recursos naturais que são vitais à sobrevivência humana dão sinais de escassez e esgotamento: o solo está ameaçado, com parte da superfície agrícola útil da terra em estado de degradação e desertificação; milhões de pessoas vivem em regiões de escassez crônica de água, entre outros sintomas.

Em síntese, a isso que chamamos de INSUSTENTABILIDADE. Foi por isso que Celso Furtado alertou, ainda no início da década de setenta, que essas crises fazem parte do modo de ser do próprio capitalismo:

“O estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana” (O Mito do Crescimento Econômico - Celso Furtado, 1974).

A crítica sobre os limites do crescimento econômico alimenta o debate da SUSTENTABILIDADE do desenvolvimento como a harmonização entre a justiça social, a prudência ecológica, a eficiência econômica e a cidadania política. O reconhecimento da unidade da vida na Terra requer o equilíbrio entre essas várias dimensões ambiental, social, cultural, política e econômica do desenvolvimento.

A outra perspectiva para mudar o atual rumo de desenvolvimento é a **SOLIDARIEDADE**: a inclusão de todos e todas nos benefícios do desenvolvimento como direito de cidadania. Trata-se da valorização da cooperação, da responsabilidade coletiva e compartilhada em favor da construção de sociedade mais justa, com a superação das desigualdades socioeconômicas, étnicas, de gênero e de geração.

1.5. OUTRA ECONOMIA É POSSÍVEL

A visão colonizadora e dominante do sistema econômico capitalista negou e quase destruiu totalmente as outras formas de fazer economia, sobretudo os modos como os povos e as comunidades tradicionais (indígenas, quilombos, camponeses, entre outros) produziam suas condições de vida, satisfaziam suas necessidades e desenvolviam suas habilidades, considerando e valorizando o meio ambiente, suas crenças e o respeito pela vida.

Por isso, é preciso resgatar e (re)introduzir esses e outros valores na essência da economia. O ponto de partida é reconhecer a existência de limites materiais para o crescimento econômico e a inviabilidade de manter a desigualdade crescente interna aos países, entre beneficiados e marginalizados do progresso e entre as nações.

Qual seria então a alternativa econômica para um desenvolvimento sustentável? Esta pergunta vem sendo feita há muitos anos e, embora haja pouca divulgação, são muitas as alternativas e experimentações que podem orientar uma resposta satisfatória à mesma.

Hoje sabemos que uma economia para ser sustentável tem que estar adequada às condições locais, ao meio ambiente, considerando as diversidades ecológicas - biomas e ecossistemas - e às diversidades culturais, das comunidades e povos tradicionais e etnias.

Exige também a democratização do acesso aos meios necessários para a produção de bens e serviços, como os meios de produção e os bens naturais. No Brasil, por exemplo, a estratégia de desenvolvimento rural sustentável deveria possibilitar o acesso à terra aos trabalhadores/as rurais para desenvolver atividades agrícolas que possam garantir

segurança alimentar e nutricional, atendendo às demandas do mercado interno, garantindo a função social da propriedade agrícola, tornando seu rendimento mais elevado e, principalmente, melhor distribuído em benefício de toda a coletividade.

Além disso, o desenvolvimento para ser sustentável tem que ser orientado pela conquista de novos direitos: de acesso e usufruto de um ambiente saudável, da diversidade cultural, da autodeterminação dos povos e de igualdade de gênero, raça e etnia. A qualidade de vida passa a ser compreendida como o direito a uma vida digna, à realização das aspirações e das capacidades de todas as pessoas.

Outro caminho para a sustentabilidade é a valorização das iniciativas econômicas solidárias com base no associativismo, na cooperação e suas diferentes formas e alternativas de solidariedade em redes.

1.6. MAS O QUE É ECONOMIA SOLIDÁRIA?

A Economia Solidária é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos/as os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.

A Economia Solidária é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas.

A Economia Solidária é um movimento social que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

E o mais importante, ela não é apenas um sonho, um desejo, ela já está acontecendo em vários lugares do mundo. Quem sabe aí, bem pertinho de você!

Essa outra economia valoriza mais o trabalho do que o capital, contribuindo para o desenvolvimento das capacidades das pessoas, com a gestão coletiva (autogestão) das atividades econômicas e com a partilha dos resultados do trabalho, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Dessa forma, a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2006, afirmou que a economia solidária é uma estratégia para o desenvolvimento sustentável e solidário, com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas.

A Economia Solidária possui as seguintes características:

- **a cooperação** como a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus. Envolve diversos tipos de organização coletiva que podem agregar um conjunto grande de atividades individuais e familiares;
- **a autogestão** é a orientação para um conjunto de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, sobretudo no que se refere à escolha de dirigentes e de coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, nas definições dos processos de trabalho, nas decisões sobre a aplicação e distribuição dos resultados e excedentes, além da propriedade coletiva da totalidade ou de parte dos bens e meios de produção do empreendimento;
- **a solidariedade** é expressa em diferentes dimensões, desde a congregação de esforços mútuos dos participantes para alcance de objetivos comuns; nos valores que expressam a justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos

processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras; e

- **a ação econômica** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo, o que envolve elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

1.7. A TRAJETÓRIA RECENTE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A economia solidária não é uma invenção de agora. Ela já tem uma longa história, tanto no Brasil como em outros países. Podemos dizer que uma das primeiras fontes são os povos indígenas, que culturalmente praticavam e ainda praticam a economia com base na partilha e solidariedade. Segundo Paul Singer, a origem urbana da Economia Solidária vem das lutas históricas dos/as trabalhadores/as no início do século XIX, sob a forma de cooperativismo, como uma das formas de resistência contra o avanço avassalador do capitalismo industrial.

No Brasil, ela ressurge no final do Século XX como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho. Nas áreas rurais, a economia solidária vem sendo adotada como modelo organizativo das atividades produtivas nos assentamentos de reforma agrária, na agricultura familiar, no artesanato, nas atividades extrativistas tradicionais de pesca, apicultura, entre outros. As comunidades e povos tradicionais, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, também compreendem, cada vez mais, a economia solidária como estratégia de promoção do etnodesenvolvimento (desenvolvimento com respeito às características étnicas e culturais desses povos).

Nas áreas urbanas, a economia solidária vem sendo incentivada pelos movimentos populares urbanos e pelo movimento sindical, como estratégia de organização econômica e alternativa ao desemprego, nas

seguintes iniciativas: o fortalecimento do cooperativismo popular e do associativismo de pequenos produtores individuais e familiares; a criação de clubes de troca, bancos comunitários e fundos solidários; nos processos de recuperação de empresas que passaram por processo falimentar e que são recuperadas pelos ex-empregados, em regime de autogestão. Dessa forma, a economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social.

Um retrato da economia solidária no Brasil

O Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) identificou, entre 2005 e 2007, 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Nesses empreendimentos estão associados/as cerca de um milhão e setecentos mil homens e mulheres. A pesquisa foi realizada em 2.934 municípios (52% dos municípios brasileiros), pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e demais organizações da sociedade civil. Ou seja, não se trata de um censo e ainda há muito a ser identificado no Brasil.

Os principais motivos para a criação dos EES são: alternativa ao desemprego (46%), complemento da renda dos sócios (44%) e obtenção de maiores ganhos em uma atividade associativa (36%). Para isso, os EES desenvolvem uma extensa variedade e expressiva quantidade de produtos e serviços, sendo os mais citados aqueles

relativos às atividades agropecuárias, extrativismo e pesca (42%); produção de alimentos e bebidas (18,3%); diversos produtos artesanais (13,9%); produção têxtil e de confecções (10%) e prestação de serviços (7%). Esses produtos e serviços destinam-se predominantemente aos espaços locais, ao comércio local comunitário e aos mercados/comércios municipais.

Apesar da importância que vêm adquirindo, esses empreendimentos apresentam grandes fragilidades e enfrentam enormes dificuldades: 68% dos Empreendimentos Econômicos Solidários mapeados apontaram a comercialização como o principal gargalo de suas atividades; 53% responderam ser o acesso ao crédito e 27% apontaram a falta de assistência técnica, principalmente na área de formação técnica. Essa realidade requer o fortalecimento do processo organizativo da economia solidária no Brasil.

1.8. A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A economia solidária no Brasil está avançando na sua organização política, constituindo fóruns e redes. Desde o início dos anos 1980 surgiram iniciativas de apoio e organização às iniciativas de economia solidária, tais como os Projetos Alternativos Comunitários, incentivados pela Cáritas Brasileira; a cooperação agrícola nos assentamentos de reforma agrária, organizados pelo MST, entre outras. Esse processo ganhou impulso durante a década de 1990, com as seguintes iniciativas:

- a criação da ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão), articulando as iniciativas de empresas recuperadas por trabalhadores e outros empreendimentos autogestionários;
- nas ações de incentivo à socioeconomia solidária do Projeto Alternativas do Cone Sul (PACS) que, junto com outras organizações, resultou na criação da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária;
- nas iniciativas promovidas pela Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida, animada pelo sociólogo José Herbert de Souza, o Betinho, juntamente com centenas de organizações não-governamentais e entidades públicas;
- com o surgimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares organizadas nas Redes ITCPs e com a Rede Unitrabalho que ampliaram os horizontes da extensão universitária com caráter emancipatório, comprometendo as Universidades com o fomento e apoio às iniciativas econômico-solidárias em territórios urbanos com concentração de extrema pobreza;
- com o reconhecimento e a adesão de parte do movimento sindical, expresso na criação da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT que passou a apoiar diversas iniciativas de economia solidária com o apoio e a mobilização dos sindicatos;
- com as experiências de ações governamentais em apoio à economia solidária, com destaque para os municípios de Porto Alegre, Belém, Santo André e posteriormente Recife e São Paulo, como as mais emblemáticas e, o Governo Estadual do Rio Grande do Sul o pioneiro, no final da década de 1990, na implementação de políticas estaduais.

Um importante salto de qualidade organizativo ocorreu em 2001, com a criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária nos Fóruns Sociais Mundiais, articulando essas diversas iniciativas organizativas. O trabalho do GT Brasileiro trouxe visibilidade e propiciou a troca de experiências e integração entre as diferentes práticas de economia solidária no Brasil e em diversas partes do mundo. Com a forte contribuição dos processos de organização para os Fóruns Sociais Mundiais, o movimento de economia solidária cresceu e se fortaleceu em todo território nacional.

Essa conjugação de esforços resultou na realização da I Plenária Nacional de Economia Solidária, em 2002, em São Paulo/SP, que iniciou a elaboração de uma Plataforma Nacional de Economia Solidária e decidiu reivindicar ao governo recém-eleito a criação de políticas públicas de Economia Solidária.

Em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, fruto do esforço político conjunto de uma série de organizações que atuam com economia solidária no Brasil.

No mesmo período, em junho de 2003, foi realizada a Terceira Plenária Nacional de Economia Solidária, criando o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O FBES é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico do país, a partir da realidade local, de modo economicamente solidário e ambientalmente sustentável. São hoje mais de 120 Fóruns Microrregionais e 27 Fóruns Estaduais em todo o país, em que participam mais de 3.000 empreendimentos solidários, 500 entidades de assessoria e 100 representantes de governos municipais e estaduais. O FBES também está comprometido com a construção do movimento de economia solidária a nível internacional por meio da Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária e do Espaço MERCOSUL de Economia Solidária.

Também em 2003, foi criada a Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Solidária. Estas redes articulam as iniciativas de políticas governamentais que existem desde os anos 1980, com o propósito de ampliar os instrumentos públicos para o fomento e desenvolvimento da economia solidária, bem como estimular e fortalecer a organização e participação social deste segmento nas decisões sobre as políticas públicas.

Avançando nesse processo organizativo, em 2004 foi realizado o I Encontro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, com mais de mil empreendimentos participantes, expressando a grande diversidade econômica e cultural alcançada pela economia solidária no Brasil.

Nesse período, foram fortalecidas as ligas e uniões de empreendimentos solidários já existentes, como a ANTEAG e a CONCRAB (Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária) e foram criadas novas organizações de abrangência nacional, a exemplo da União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e da União e Solidariedade de Cooperativas e empreendimentos de Economia Social (UNISOL Brasil).

A economia solidária no Brasil também vem conquistando o apoio e reconhecimento público. Além da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), há um conjunto de ações desenvolvidas por outros órgãos governamentais em apoio à economia solidária, em programas de enfrentamento da pobreza; de segurança alimentar e nutricional; de fortalecimento da agricultura familiar e reforma agrária; de regularização fundiária de terras indígenas, quilombolas e camponesas; de saúde mental; de qualificação social e profissional; de educação de jovens e adultos; de desenvolvimento territorial sustentável e solidário; de promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, dentre outros.

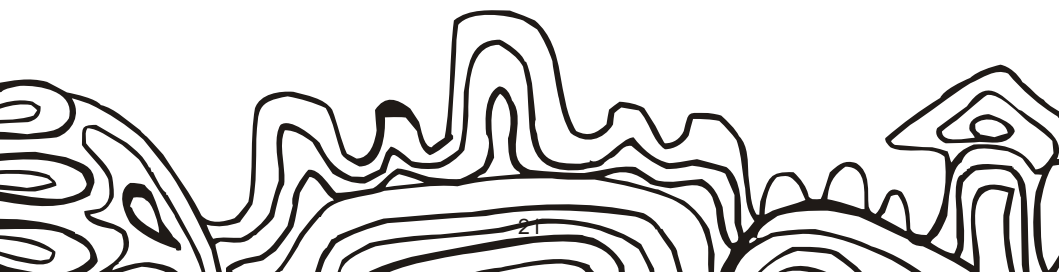
Em 2006 foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, mobilizando mais de quinze mil pessoas em suas etapas preparatórias (estaduais e microrregionais) e 1.200 pessoas na etapa nacional. A Conferência estabeleceu diretrizes, objetivos e prioridades para as políticas públicas de economia solidária, como direito de cidadania e obrigação do Estado.

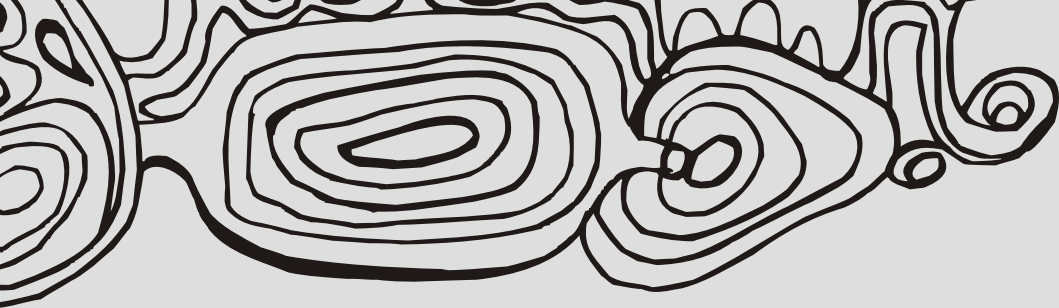
Logo após a Conferência, foi instalado o Conselho Nacional de Economia Solidária, com 56 membros, sendo 13 Ministérios do Governo Federal, 3 bancos públicos, representações do Fórum de Secretários do Trabalho dos Governos de Estado e da Rede de Gestores de Políticas Públicas municipais, representantes de empreendimentos econômicos solidários e de entidades de apoio e fomento que atuam com economia solidária.



PARTE II

Outra economia já acontece





Quando falamos que “Outra Economia Acontece”, estamos nos referindo às práticas da Economia Solidária que estão inseridas nas bandeiras tiradas na IV Plenária Nacional do FBES, e que aparecem nas iniciativas de: produção, comercialização e consumo solidários, formação em economia solidária, marco legal e finanças solidárias. Essas iniciativas são encontradas em atividades de:

- familiares da agricultura de base agroecológica;
- hortas urbanas e peri-urbanas comunitárias;
- cooperativas de diferentes tipos de trabalho autogestionário;
- empreendimentos autogestionários;
- oficinas de produção associada;
- centrais de comercialização de agricultores familiares;
- associações de artesãs/ãos;
- escolas autogestionárias e projetos de educação de trabalhadoras/es associadas/os;
- organizações de trabalhadoras/es da economia solidária;
- organizações de microcréditos solidários;
- organizações de consumidoras/es autogestionários;
- bancos comunitários autogestionários;
- fundos rotativos solidários;
- grupos de trocas solidária;
- entidades de assessoria da economia solidária;
- redes de gestoras/es públicas/os de ações da economia solidária;
- rede de incubadoras universitárias para empreendimentos econômicos solidários entre outros.

Essa parte de nossa cartilha apresenta as principais bandeiras e conquistas da Economia Solidária nos últimos anos.

2.1. CONSTRUINDO A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, O COMÉRCIO JUSTO E O CONSUMO SOLIDÁRIO

No cenário mundial, a Organização Internacional do Comércio (OMC) é quem regula este modelo de desenvolvimento, assim como o nosso consumo. Anualmente, acontece em Davos, nos Alpes Suíços, o Fórum Econômico Mundial. Ele é um espaço onde os países ricos, em especial os Estados Unidos, costumam apresentar suas plataformas para promoção do livre comércio e das políticas econômicas liberais, a fim de definir os rumos do comércio internacional, bem como influenciar e definir os fluxos da produção e do consumo internacional a partir de interesses econômicos de grandes grupos. Tais encontros definem o que deverá ser produzido no mundo, onde serão priorizados os investimentos (em quais territórios investir) e de que maneira os países (estados nacionais) vão se comportar, interna e externamente, a partir destas prioridades pré-definidas.

A mola que move os interesses e as prioridades destes grupos é o fortalecimento das suas empresas, o aumento dos lucros e a acumulação de riqueza. Nesta mesma lógica e utilizando os mesmos princípios são definidas as prioridades na produção de alimentos, onde a tecnologia da mutação genética é utilizada para criar alimentos que tenham maior valor agregado (transgênicos), para baratear os custos e principalmente para aumentar os lucros das empresas detentoras de tal tecnologia. Os/as consumidores/as são vistos como uma massa uniforme, sem identidade (seja regional ou nacional) e a mídia se utiliza disso para incentivar o que devemos produzir e consumir sem atentarmos para um olhar crítico.

Dentro dessa lógica, toda a produção tem como prioridade a acumulação de capital, seja ela de bens e/ou serviços, seja de produção de alimentos, seja de produção de armamentos bélicos. A lógica é a mesma: são prioridades o lucro e o fortalecimento do sistema de acumulação de capital, não importa ali os impactos ao meio ambiente, nem a saúde dos potenciais consumidores.

Ao mesmo tempo em que as potências econômicas mundiais se encontram em Davos, existem pessoas, grupos e organizações que promovem um grande encontro mundial: o Fórum Social Mundial (FSM).

Sua primeira edição foi realizada aqui no Brasil, em Porto Alegre-RS, em 2001. É neste espaço, que ocorre na mesma data do encontro de Davos, que se tem construído e mostrado que “Um Outro Mundo é Possível”, uma outra base de desenvolvimento é possível.

O novo desenvolvimento parte da realidade e necessidade das pessoas e comunidades, para então fazer a opção por investimentos de tecnologias responsáveis, ambientalmente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis. Dentro das afirmações do FSM nasce também a proposta de que uma Outra Economia é Possível e Acontece.

Quando falamos que “Outra Economia Acontece”, estamos nos referindo à prática da Economia Solidária, que aparece justamente nas iniciativas de produção, comercialização e consumo solidários. Trata-se de um eixo complexo, pois envolve e articula os diferentes estágios da atividade econômica dos empreendimentos solidários, desde a produção até o consumidor final.

Um dos grandes desafios está justamente em construir uma diversidade de estratégias para a alteração dos atuais mecanismos de funcionamento do mercado e das atividades econômicas, que ao mesmo tempo deem um retorno imediato aos empreendimentos solidários para que a economia solidária aconteça concretamente e mostre seus resultados e suas vantagens para a sociedade brasileira, buscando articular a dimensão política com a dimensão econômica.

Presenciamos, reconhecemos e valorizamos experiências e processos de produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, de preservação de sementes crioulas que preservam a cultura e, principalmente, a segurança alimentar e nutricional de comunidades e povos, de organizações de produtores trabalhando, arduamente, por criarem mercados justos (têxtil, artesanato, reciclagem, moradias saudáveis, turismo responsável entre outros).

A perspectiva de transformação social que constitui o horizonte mais amplo do movimento de Economia Solidária só pode ser garantida se os empreendimentos de Economia Solidária, articulados em redes e cadeias solidárias, forem os motores de desenvolvimento local, solidário e sustentável, e não as grandes empresas capitalistas convencionais.

A vida econômica dos empreendimentos solidários e as diversas possibilidades de transformação dos atuais modelos de produção, de mercado e de consumo em nossa sociedade dependem essencialmente da conquista de políticas públicas voltadas à potencialização, fortalecimento e consolidação de redes e cadeias de produção, comercialização e consumo solidárias, nas áreas de logística, infraestrutura e para a criação de espaços de comercialização e distribuição.

A identidade e o reconhecimento dos produtos e serviços da economia solidária por parte dos consumidores é também de fundamental importância. Este reconhecimento depende de sistemas de garantia, que geram confiança e identidade. Os sistemas participativos de garantia, por serem baseados na autogestão, envolvendo os vários elos da cadeia (produtores/as, consumidores/as e comerciantes/distribuidores/as) contribuem para que o processo de certificação e criação de identidade da economia solidária aconteçam por iniciativa e organização do próprio movimento de economia solidária de forma democrática e participativa. Além disso, estes sistemas criam um ambiente e uma identidade dentro dos territórios, fortalecendo as cadeias curtas e médias de produção, comercialização e consumo e portanto o desenvolvimento local solidário.

Para o avanço do reconhecimento e identidade desta outra economia, torna-se importante a consolidação de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário que regulamente e dê a tranquilidade e identidade ao consumidor responsável.

Hoje no Brasil existem (e resistem) várias iniciativas de comercialização e logística para o bem viver. Temos lojas, feiras agroecológicas e de Economia Solidária, centrais de comercialização, armazéns, entrepostos para comercialização, centros públicos de formação e comercialização, clubes de trocas, grupos de consumo e muitas outras mais, que de forma coletiva se organizam para produzir, comercializar e consumir de maneira justa e responsável.

Em diversas experiências de produção são montadas parcerias estratégicas na preservação da vida, valorização da saúde, das tradições e da identidade de povos, onde o mercado é o espaço da troca, do encontro de saberes, da partilha e da construção de laços sociais, voltados para a solidariedade e a paz.

Iniciativas como estas, além de produzir e dar acesso ao resultado desta produção responsável, também se preocupam com o escoamento da produção: ele também é realizado de forma coletiva, inclusive com a colaboração na venda, com a distribuição das mercadorias para serem vendidas nos outros estabelecimentos.

Nesse sentido, o consumo é encarado como um ato responsável e político, onde o resultado da minha opção de consumo vai alimentar este novo modelo de sociedade, baseado na centralidade da vida e no respeito às gerações futuras, como espaço de articulação das redes e cadeias nacionais e internacionais. Ou minha opção vai ser de investir no consumo de produtos e marcas que são responsáveis por alimentar a indústria bélica, os grandes laboratórios químicos que promovem o desenvolvimento de transgênicos, venenos e morte.

2.2. CONSTRUINDO UM SISTEMA DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Para enfrentar o atual sistema financeiro será preciso construir um Sistema de Finanças Solidárias, que apoie o desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias que seja reconhecida como direito dos/as trabalhadores/as associados/as e parte de um Estado Democrático.

O que acontece com o sistema financeiro no mundo?

O atual estágio do desenvolvimento capitalista mundial, em que a moeda passa a ter um valor próprio, autônomo, não correspondente ao volume de produção real, transforma o mundo, sem barreiras nacionais, num grande cassino de apostas nas especulações das aplicações financeiras para ganhos que não correspondem ao crescimento das atividades produtivas.

E o sistema financeiro cumpre um papel nisso tudo.

Ele capta recursos, poupanças, pagamentos, salários, de gastos públicos ou privados, os retira de seus territórios de origem e vão para as mãos da especulação, dos que têm maior acesso ou capacidade de controle sobre as aplicações.

É essa lógica que orienta os chamados “Bancos Multilaterais de Desenvolvimento”, como o Banco Mundial, o F.M.I. (Fundo Monetário Internacional): reúnem recursos do mundo todo e os aplicam, segundo

regras de conveniência dos grandes capitais, quase sempre com matrizes nos países centrais, mantendo o endividamento dos países pobres. Mais que isso: suas exigências vão desde a manutenção de altas taxas de juros aos empréstimos, até a interferência na política nacional de privatização e de gastos públicos.

Em vez de o dinheiro servir às nações, são as nações que servem ao dinheiro.

E no Brasil?

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social) é o principal banco de desenvolvimento do país e da América Latina. Em 2005, o total de financiamentos atingiu a R\$ 47 bilhões, responsável por 20% do crédito total do país, cuja privatização bancária é enorme! Seu lucro chegou a R\$ 3,2 bilhões.

Os lucros da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil também confirmam a “saúde” e eficiência de mercado do sistema financeiro brasileiro.

O BNDES financia majoritariamente a região Sudeste (60%); restando para o Nordeste 8% e apenas 4% para a região Norte. Para projetos sociais, apenas 2,4%.

Boa parte dos recursos do BNDES vem do PIS/PASEP, isto é, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O que quer dizer isso? Que o BNDES utiliza recursos de direito dos/as trabalhadores/as para financiar a modernização do desenvolvimento, reduzindo empregos, privatizando e entregando iniciativas nacionais para o grande capital cada vez mais internacionalizado.

A despeito da “bancarização” do crédito popular, isto é, das medidas para que o acesso ao crédito seja “popular”, ele não tem atingido convenientemente a maioria popular do Brasil, alijada do sistema. E quando atinge, quase sempre é para endividá-la!

Como prevalece a lógica do empreendedorismo privativista competente, só vence na vida quem for capaz! Capaz de enfrentar sozinho um mercado privatizado, regulado para atender interesses dos grandes. E excludente para os pequenos. Submetam-se à lei das selvas! A do mais forte! A do dinheiro que passa a ter um valor em si, como um Deus!

Segundo Paul Singer, secretário da economia solidária “No Brasil, a necessidade de um outro sistema financeiro é gritante. É preciso abrir um debate sobre como fazê-lo atingir dimensões compatíveis com a necessidade de desconcentrar o capital para inserir na produção os que se encontram a sua margem (Por um sistema financeiro social).

As finanças solidárias na prática

Iniciativas populares que apontam para um outro sistema financeiro começam a acontecer:

- resgatando práticas de solidariedade das mais antigas como as trocas solidárias entre as comunidades;
- reafirmando os princípios do cooperativismo de crédito na auto-gestão de suas poupanças;
- criando fundos rotativos que promovem a solidariedade e a emancipação;
- fundando bancos comunitários com moedas circulantes locais;
- Criando entidades de microcrédito solidários.

As Trocas solidárias são práticas de grupos em encontros periódicos onde as pessoas levam seus produtos ou oferecem seus serviços em troca de outros produtos ou serviços. Podem ter uma moeda própria decidida pelo grupo que circula apenas entre eles. Tais práticas vão constituindo redes de clubes de troca e fortalecem as relações entre as pessoas e grupos.

As cooperativas de crédito são uma forma de juntar as poupanças familiares, muitas vezes acumuladas pela venda da produção familiar e favorecer o crédito de seus associados. Hoje existe uma rede de cooperativas de crédito solidário, ANCOSOL. A maioria delas nasceu após ter constituído, por alguns anos, um Fundo Rotativo Solidário. Por ter uma relação direta com os associados, muitas vezes, através da cooperativa de trabalho ou da comercialização, ela se torna mais eficiente que o crédito bancário, sobretudo quando se trata de administrar financiamentos públicos como o PRONAF (Programa de Apoio à Agricultura Familiar).

Os bancos comunitários estão se difundindo pelo país: são criados e administrados pela própria comunidade, na forma de autogestão. Eles operam com moedas sociais criadas pela comunidade e aceitas no

comércio e serviços locais. Os bancos comunitários oferecem crédito usando o aval solidário, que pode ser oferecido em reais ou em moeda social. A moeda social, ou circulante local, pois só circula localmente, tem como objetivo fazer com que o "dinheiro" circule na própria comunidade ou município, evitando sua fuga e ampliando o poder de comercialização local, aumentando a riqueza circulante na comunidade, gerando trabalho e renda localmente.

Há muitas iniciativas de microcrédito solidário, boa parte inspirada no Banco de Bangladesh, com o aval solidário entre um grupo tomador de crédito e com respaldo comunitário onde ele está inserido. Algumas iniciativas de microcrédito solidário nasceram dos Fundos Solidários praticados anteriormente.

Fundos Rotativos Solidários têm as mais variadas iniciativas comunitárias de práticas de gestão e execução de projetos produtivos ou sociais como processo pedagógico de emancipação e organização comunitária. Como reforço à organização da comunidade, os retornos voluntários podem ser: sementes, cabras, cisternas de captação de água de chuva, horas de trabalho, ou mesmo monetária. Os Fundos Solidários tiveram o apoio inicial de organizações internacionais, de Campanhas Solidárias, como a Campanha da Fraternidade, e estão difundidas em todo o Brasil, além de serem um importante instrumento para ações emancipatórias junto às famílias de programas assistenciais de transferência de renda como o Bolsa Família.

Essas iniciativas que vão se constituindo em redes sabem que é possível conquistar um Programa de Apoio à Economia Solidária (PRONADES) que possa financiar seus trabalhadores através desse outro sistema de finanças solidárias que está despontando.

2.3. CONSTRUINDO EDUCAÇÃO E CULTURA SOLIDÁRIAS

Vivemos nos dias de hoje diante de um sistema educacional baseado em valores consumistas, onde reina a concorrência e a competição. A escola é um instrumento de repetição do modelo de sociedade excludente, bem como um espaço de poder, de controle, onde o conhecimento é tratado como mercadoria e o ato de estudar é mecânico e alienado. Neste sistema os/as alunos/as são treinados/as para a manutenção das desigualdades

sociais, econômicas e culturais e, muitas vezes, não questionam a realidade em que estão inseridos/as, tornando-se alienados/as, subalternos/as e reproduzindo sistemas hierárquicos.

Por outro lado, existem comunidades, movimentos sociais e profissionais que questionam este modelo e se organizam, gerando novas práticas de formação e educação que seja baseada na concepção da educação popular como processo de construção de conhecimento, que vise a transformação social, política, cultural, ambiental e econômica, bem como uma formação continuada de educadores/as, baseada em pedagogias e metodologias emancipatórias voltadas para a autogestão, cooperação e solidariedade.

Em que os saberes e culturas locais sejam valorizados, haja troca de saberes, além de trabalhar as diversidades de linguagens e a transversalidade de temas, garantindo que os/as próprios/as trabalhadores/as possam ser também formadores/as, e fazendo a articulação dos conhecimentos científicos e empíricos.

Esta outra forma de educar privilegia a autonomia e emancipação do/a trabalhador/a com vista a superar o trabalho alienado e a divisão sexual do trabalho, fortalecendo cada vez mais suas identidades e incluindo o aumento da escolarização dos/as trabalhadores/as em todos os níveis.

Nestas experiências somos convidados/as a questionar e construir uma nova sociedade em que o ser humano seja o centro da vida, onde a educação aconteça de forma contextualizada, emancipatória, engajada e cooperada. Que leve em consideração as diversidades de gênero, etnia, raça e geração e promova os direitos humanos, bem como o compromisso com o hoje e com as gerações futuras, onde se aprende o sentido da dimensão humana. Sendo assim, o conhecimento não é mercadoria, mas um bem precioso de toda a humanidade e que deve ser colocado a serviço da vida e a tecnologia serve para encurtar distância, melhorar as relações e a qualidade de vida.

Você sabia que existem inúmeras práticas no país e uma delas pode acontecer perto de você?

Atualmente temos inúmeras experiências, entre elas:

- Os Centros de Formação em Economia Solidária CFES (Regionais Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, além do CFES Nacional) que se destinam à formação de educadores e gestores públicos que atuam com economia solidária, contribuindo para fortalecer o potencial de inclusão social e de sustentabilidade econômica dos empreendimentos solidários.
- As Escolas Família Agrícola (EFAs) que proporcionam aos jovens do meio rural uma educação a partir da sua realidade, da sua vida familiar e comunitária e das suas atividades. Nas EFAS praticam-se a Pedagogia da Alternância, onde o método de ensino não é vivenciado apenas entre quatro paredes das escolas, também alternando a vivência em comunidade, com a teoria refletida nas salas de aula.
- Assistência Técnica em Economia Solidária - apoia o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários (empresas familiares, cooperativas, empresas associativas de trabalhadores/as e outras formas associativas), dentro dos princípios da Economia Solidária.
- As Incubadoras Populares e Universitárias estão presentes em diversos estados brasileiros realizando ações de fomento, apoio à organização, consolidação e sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários.
- A Rede de Educação Cidadã que está presente em todo o país com uma ampla articulação de organizações da sociedade civil, desenvolve com famílias em condições de vulnerabilidade social um trabalho de educação popular na perspectiva freireana: partir da realidade e de temas geradores, aprofundar o conhecimento e propor alternativas de geração de renda baseadas nos princípios da economia solidária: autogestão, cooperação, etc.
- A Educação de Jovens e Adultos (EJAs) que representa uma outra e nova possibilidade de acesso ao direito à educação escolar sob uma nova concepção, sob um modelo pedagógico próprio e de organização relativamente recente.
- Jogos Cooperativos e diferentes movimentos sociais que atuam com formação na perspectiva da educação popular.

Agora que sabemos a importância de nos comprometermos com uma educação transformadora e comprometida com uma nova sociedade, pressupõe-se que vislumbremos um modelo de ensino que também seja conduzido pelos princípios da solidariedade e da cooperação. Mas que seja, principalmente, um ensino dialogado e que contemple o exercício da democracia. Para isto, é preciso participar dos espaços onde se debate o ensino no seu bairro, na sua cidade, na escola mais próxima de você e conhecer as experiências de educação popular e economia solidária da sua localidade.

2.4. CONQUISTANDO A CIDADANIA: RECONHECIMENTO E DIREITO A UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA

No Brasil, as leis que tratam da economia são, infelizmente, muito limitadas: tudo leva a crer, olhando nossas leis, de que só existe o trabalho subordinado (assalariado) ou autônomo, dando a ideia de que a economia formal se reduz às empresas privadas ou públicas. A Lei do Geral do Cooperativismo (5764/71), que trata das cooperativas, ainda é da época da ditadura militar, e portanto não incorpora os princípios, valores e práticas da Economia Solidária.

A legislação só reconhece e assegura direitos à economia privada e à economia estatal, esta a serviço daquela. Desconhecendo a existência de uma outra economia, reduz o direito ao trabalho associado a ações e políticas compensatórias.

Claro que leis não resolvem tudo, mas a sua existência garante a base legal para a luta por nossos direitos. Portanto, a luta pelo reconhecimento da Economia Solidária no Estado Brasileiro passa pela luta pela alteração de leis e artigos constitucionais, e se dá em 4 níveis:

- 1 Direitos:** é preciso reconhecer, na Constituição Brasileira, o direito ao trabalho associado, o direito à propriedade coletiva, e a afirmação de que a economia brasileira é baseada na cooperação e não na competição.
- 2 Organização da política:** é preciso estabelecer uma Lei Geral da Economia Solidária que defina o que é a Economia Solidária e dê as diretrizes para a sua organização nos municípios, estados e governo federal. Esta lei fornece uma base legal para os níveis 3 e 4 descritos a seguir.

3 Apoio e fomento: é preciso construir programas e políticas de finanças solidárias, de formação, de assistência técnica, de comercialização solidária e de compras públicas, em todo o Brasil, por governos municipais, estaduais e federais. No nosso país, atualmente, os principais programas de fomento ao desenvolvimento são voltados às empresas privadas e não chegam aos empreendimentos de economia solidária.

4 Formalização e benefícios tributários: é preciso garantir que seja fácil e simples criar empreendimentos solidários legalizados na forma de cooperativas ou outras formas jurídicas que possam emitir nota fiscal e ter seu CNPJ. Além disso, é preciso ainda que os empreendimentos da economia solidária tenham redução de impostos e outras tributações para que possam se consolidar economicamente. Apenas para dar uma ideia, hoje uma cooperativa pequena paga mais impostos do que uma micro-empresa!





Conquistas e desafios

Leis e programas municipais e estaduais de Economia Solidária

Graças à organização e mobilização, já conquistamos leis de Economia Solidária em alguns municípios e estados brasileiros. Estas leis normalmente criam um Conselho Municipal ou Estadual de Economia Solidária, definem o que é Economia Solidária, e criam alguns programas de apoio aos empreendimentos de economia solidária. Descubra se o seu município ou estado tem lei de Economia Solidária, através do Fórum Local de Economia Solidária, cujo contato está no final da cartilha.

Se não tem, uma ação possível é aprender com os outros municípios e articular para aprovar uma em sua cidade.

Lei da Merenda Escolar

Outra conquista muito importante para o nosso país foi a aprovação em 2009 da Lei da Merenda Escolar (11.947/09), que obriga os governos municipais e estaduais a comprar no mínimo 30% da merenda escolar dos agricultores e agricultoras familiares locais. O artigo 14 desta lei federal diz que “do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.”

É importante fiscalizar se esta lei está sendo cumprida na sua cidade! Uma forma de fiscalizar é participar ou pedir informações ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar da sua cidade. Esta lei serve como um instrumento importante de fortalecimento dos empreendimentos locais da Economia Solidária, além de garantir que nossos filhos tenham acesso a alimentos saudáveis, cultivados localmente, com a nossa cara e cultura!

PRONADES

Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária

A demanda por um Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária (PRONADES) vem desde os primeiros encontros de articulação para a construção do FBES e da SENAES. Trata-se da proposta de criação de um programa de fomento aos empreendimentos de economia solidária, com linhas de financiamento e de acompanhamento técnico, inspirada no PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar), mas com alterações a partir dos acúmulos do movimento de economia solidária (nas suas práticas e discussões) e da experiência de outros programas, tais como o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, o Fome Zero, os Territórios da Cidadania e o PROGER Urbano.

É fundamental que exista um grande programa de financiamento aos empreendimentos de economia solidária para suas necessidades, seja de capital de giro, de investimento ou de ações de formação e assistência técnica. Para isso, o PRONADES deve ter um fundo próprio e orçamentário, vindo de várias fontes, tais como o FAT, o Fome Zero, o BNDES, entre outros.

Lei do cooperativismo

Hoje em dia é muito difícil montar uma cooperativa: a lei do cooperativismo é da época da ditadura militar, e exige a inscrição em junta comercial, um número mínimo de 20 sócios, e a filiação junto à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Além disso, os impostos são muito pesados para pequenas cooperativas, e elas não se beneficiam das vantagens da lei do Super Simples para as micro-empresas.

É por isso que esta lei precisa mudar. Há propostas tramitando no Senado Brasileiro para uma nova Lei Geral do Cooperativismo, que facilite a criação de cooperativas, reduzindo para 7 o número mínimo de sócios e garantindo a liberdade de se filiar a qualquer entidade representativa de cooperativas. Além disso, há propostas para regulamentar a tributação das cooperativas, mas infelizmente estas propostas ainda não contemplam uma redução dos impostos para as pequenas cooperativas.

É preciso nos mobilizarmos e pressionarmos os parlamentares e senadores para que esta pauta ande mais rápido no Congresso Nacional, pois senão fica muito difícil criar cooperativas e dificulta-se a formalização dos empreendimentos da economia solidária.

Lei Geral da Economia Solidária

O Conselho Nacional de Economia Solidária elaborou uma proposta de lei para a Economia Solidária que tem como função principal definir o que é a Economia Solidária e construir a base legal para a Política Nacional de Economia Solidária no Brasil. Com ela, o caminho estará aberto para pressionarmos os governos municipais, estaduais e nacional para a criação de conselhos locais de Economia Solidária e de programas como o PRONADES, o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, a Política Nacional de Formação e Assistência Técnica, entre outros.

Por isso, esta é uma das maiores prioridades para o reconhecimento da Economia Solidária dentro das leis nacionais, e representa uma bandeira que depende de pressão e discussão em nosso bairro, cidade e estado.



PARTE III

**Como contribuir para
fortalecer uma economia
a serviço da vida?**





Como podemos colaborar para a construção de outra Economia que tenha como prioridade a vida? O que já estamos fazendo para que essa outra Economia aconteça? Como construir relações que contribuam para um mundo melhor? Como fomos formados e quais possibilidades de mudanças? Abaixo seguem ideias, mas são apenas algumas: use sua criatividade para praticar esta outra economia!

Consumir responsabilmente

De nada adianta sonharmos com outro mundo se em nossa casa, escola, trabalho, festas, eventos e organização comunitária ainda estivermos consumindo produtos e serviços que são criadores de desigualdade e destroem o meio ambiente. Por isso, uma atitude importante é evitar o consumo de produtos e serviços de empresas convencionais, privilegiando a produção local e preferencialmente da Economia Solidária.

Hoje é possível encontrar produtos e serviços da Economia Solidária em qualquer cidade do país: são alimentos, bijuterias, artesanatos, roupas, acessórios, consultorias e cursos profissionalizantes, serviços culturais e de construção, entre outros. Para isso existe o Farejador da Economia Solidária, disponível na internet.

Com ele também é possível gerar de forma simples um catálogo em formato de páginas amarelas a partir do resultado da pesquisa, que pode ser transformado em PDF e distribuído via e-mail para seus amigos e amigas ou impresso para distribuição em seu bairro, cidade, escola ou trabalho.

Consumir responsabilmente é ter um olhar curioso sobre as coisas: de onde elas vêm, e para onde vão? O tipo de sociedade que queremos vai depender da opção de consumo de cada pessoa, família, comunidade, paróquia, grupo social, organizações da sociedade, igrejas e empresas.

Montar um empreendimento de Economia Solidária

Outra ação possível é juntar-se com pessoas de seu bairro ou comunidade e organizar o seu trabalho coletivamente através da criação de um empreendimento de Economia Solidária.

Para apoiar vocês nesta ideia, existem centenas de entidades e universidades (através de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares) que prestam assessoria na forma de cursos e ajuda nos desafios que vocês encontrarem. Uma forma fácil de localizar este apoio é entrando em contato e participando do fórum de economia solidária mais próximo.

Como diz o ditado: “a união faz a força!”

Participar dos Fóruns Locais de Economia Solidária

Nesta cartilha percebemos o quanto precisamos nos organizar e nos juntar para poder realmente construir uma outra economia e com isso um outro desenvolvimento. Para isso, a participação de cada um e cada uma no movimento de Economia Solidária é muito importante.

Uma forma de contribuir com esta grande onda em todo o Brasil é participar e contribuir com os Fóruns Locais de Economia Solidária, em que os atores ligados à economia solidária se encontram para somar forças e se ajudar mutuamente.

Participar e se juntar a outros movimentos e campanhas

A perspectiva de construção de outro desenvolvimento baseado na cooperação, na vida e na solidariedade passa pela necessidade de várias mudanças fundamentais na nossa sociedade. Os movimentos sociais têm defendido bandeiras importantes que são totalmente convergentes com as da Economia Solidária.

É por isso que é preciso juntar forças e fazer alianças estratégicas em sua cidade ou bairro com outros movimentos sociais tais como o de Mulheres, o de Agroecologia, o de Quilombolas, o de Indígenas, o dos Sem Terra, o dos Sem Teto, o da Segurança e Soberania Alimentar, o da Reforma Urbana, o de Trabalhadores Urbanos e Rurais, Plataforma BNDES entre outros.

Destacamos aqui algumas campanhas importantes atualmente em andamento:

- Campanha pela Emenda Constitucional do Direito à Alimentação
- Campanha contra os transgênicos e pelo direito à biodiversidade
- Campanha pela Reforma Agrária e pela Regularização dos Territórios Quilombolas e Indígenas
- Campanha contra a MP458 e por uma regularização fundiária da Amazônia discutida junto à sociedade civil

Pressionar o poder público, vereadores e deputados

Se em sua cidade não existe nenhum programa de apoio à economia solidária, nem lei aprovada, uma ação importante é buscar conversar e pressionar os vereadores e prefeitura para que avancem neste apoio que promoverá o desenvolvimento local, sustentável e solidário.

Para isso, uma ideia é mostrar para eles as leis municipais e estaduais já existentes em outras partes do Brasil, acessíveis na página da internet do FBES, dentro do “farejador de leis estaduais e municipais”. Com este material, dá para se pensar em políticas públicas locais.

Outras ideias são a de entrar em contato com a Rede Nacional de Gestores Públicos em Economia Solidária e buscar a articulação deles com o poder local.

Por fim, sempre é bom buscar sensibilizar os deputados estaduais e federais para a importância da Economia Solidária, sugerindo que se juntem à Frente Parlamentar da Economia Solidária e que defendam nossas bandeiras no Congresso, como a Lei Geral das Cooperativas, a Lei da Economia Solidária, o PRONADES, o Sistema Nacional de Comércio justo e Solidário (SNCJS), a Lei dos Bancos Populares, entre outras!

Ajudar a aprovar uma

Lei de Iniciativa Popular para a Economia Solidária

Vamos aproveitar este momento da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010 para realizar um grande mutirão de coleta de assinaturas para a aprovação de Lei de Iniciativa Popular de reconhecimento da Economia Solidária!

Para isso, basta organizar uma equipe e coletar assinaturas ao texto que será elaborado pelo Conselho Nacional de Economia Solidária e disponibilizado na página da internet do FBES.





Chegamos ao fim da nossa cartilha e esperamos que as questões acima, como todas as demais, tenham cutucado você o suficiente para que possa ir vendo, pensando e escolhendo o que considera importante para construção de um mundo melhor.

A nossa proposta é que podemos ir construindo esse mundo bem no miudinho, no dia a dia, onde estabelecemos relações com várias pessoas, desde a minha casa com minha família, passando pelo meu bairro e comunidade, trabalho, escola e por aí vai. Somos seres que produzimos bens e serviços mas também relações.

E será a qualidade dessas relações em cada espaço que frequentamos que poderá fazer a diferença para a construção de uma Economia para a Vida. Grandes ações serão sempre bem-vindas, mas serão as minhas e suas escolhas que podem influenciar e mudar muitas coisas.

Posso escolher fazer Economia (Cuidar da Casa), cuidando de mim e das pessoas como parte importante da minha existência, separando meu lixo, não sujando as ruas, procurando me informar sobre a origem dos produtos que me alimento e procurar fortalecer os pequenos agricultores, posso ir ao mercado e levar sacolas de pano como antigamente, evitando utilizar sacolas plásticas que poluem o meio ambiente, posso não mais usar copos descartáveis, posso fazer compras sozinho ou comprar junto com meus familiares ou vizinhos, posso denunciar as injustiças, participar de movimentos pela paz, posso tentar adquirir produtos da Economia Solidária, posso decidir participar dos fóruns estaduais, oficinas e seminários, participar das trocas solidárias e ainda contribuir para que as leis favoreçam e fortaleçam os empreendimentos da Economia Solidária.

Mas se não tomar cuidado, posso também repetir todos os vícios do sistema neoliberal, crente que estou inovando, fazendo bonito, mas no fundo estou repetindo tudo igualzinho o sistema faz.

Minha gente!!!! Esse é um grande desafio, um exercício para todos os dias, um aprendizado constante. Não tem receita pronta, tem a necessidade de criação, invenção, ousadia, troca de saberes, tem necessidade urgente de fazer Uma Economia a serviço da VIDA.



GLOSSÁRIO DE TERMOS E SIGLAS

Agroecologia: é uma forma de produção agrícola alternativa que resgata e valoriza o conhecimento tradicional da agricultura familiar produzindo sem a utilização de agrotóxicos.

ANCOSOL - Associação Nacional Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social

Cadeias solidárias: são redes formadas por empreendimentos econômicos solidários articulados dentro de uma mesma cadeia.

Capital de giro: é o montante de valores (R\$) necessários para fazer os negócios acontecerem.

CFES: Centros de Formação em Economia Solidária

CNES: Conselho Nacional de Economia Solidária

CONIC: Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil

CUT: Central Única dos Trabalhadores

EES: Empreendimentos da Economia Solidária

FBES: Fórum Brasileiro de Economia Solidária

ITCP: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

Jogos cooperativos: são jogos que despertam a cooperação e respeito ao ser humano, sendo que o importante não é competir e sim alcançar um resultado onde todos/as são responsáveis.

Moeda social: também chamada de circulante local, é uma moeda, complementar ao Real (R\$), moeda nacional, criada pelo Banco Comunitário, tem como objetivo fazer com que o "dinheiro" circule na própria comunidade ou município, ampliando o poder de comercialização local, aumentando a riqueza circulante na comunidade, gerando trabalho e renda localmente.

Neoliberal: sistema que reforça o sistema capitalismo, transformando em mercadoria os serviços essenciais, como sistema de saúde, educação, abastecimento de água e energia; reduzindo bens como a cultura, relações humanas entre outras.

OMC: Organização Mundial do Comércio

Orgânicos: produtos cultivados sem utilização de agrotóxicos.

Plataforma BNDES: uma articulação de entidade e movimentos sociais com objetivo de buscar mudanças importantes na política e orientação do BNDES, através do controle social e de propostas construídas participativamente pelos movimentos sociais.

PRONADES: Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária

SENAES: Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES: Sistema de Informação em Economia Solidária

SNCJS: Sistema Nacional de Comércio Justo

Transgênicos: são organismos que sofreram modificação genética.



PARA SABER MAIS

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Na internet

www.fbes.org.br

Secretaria Executiva Nacional

Endereço: SCS Quadra 6 Bloco A - Edifício Arnaldo Villares, sala 514

Cep.: 70.324-900 - Brasília DF

Telefone e Fax: (61) 3965-3268

E-mail: forum@fbes.org.br

FÓRUMS LOCAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Acesse a página virtual do Fórum Brasileiro de Economia Solidária também para encontrar os telefones, e-mails e endereços do Fórum Estadual ou Regional de Economia Solidária mais perto de você.

www.fbes.org.br

FONTES PARA INFORMAÇÃO E BUSCA

- Agroecologia em Rede:
www.agroecologiaemrede.org.br
- Atlas Digital da Economia Solidária:
<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>
- Cirandas, comunidade da Economia Solidária na internet:
www.cirandas.net
- Farejador da Economia Solidária:
www.fbes.org.br/farejador
- Programas de rádio e filmes pedagógicos (de 2 minutos e de 20 minutos) sobre a Economia Solidária:
www.fbes.org.br/campanhaes
- Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES):
www.sies.mte.gov.br
- Solidarius, portal de intercâmbios e diagnóstico de redes solidárias:
www.solidarius.com.br



PÁGINAS NA INTERNET DE ORGANIZAÇÕES E REDES•

www.ads.org.br
www.agroecologia.org.br
www.anteag.org.br
www.asplande.org.br
www.brasilautogestionario.org
www.caritas.org.br
www.capina.org.br
www.cedacnet.org.br
www.cefuria.org.br
www.cese.org.br
www.ecosol.com.br
www.facesdobrasil.org.br
www.fbsan.org.br/
www.forumeja.org.br/
www.ibase.br
http://ims.marista.edu.br
www.itcp.usp.br
www.itcp.unicamp.br
www.itcp.coppe.ufrj.br
www.itcpfgv.org.br
www.intecoop.unifei.edu.br
www.mst.org.br
www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_default.asp
www.pacs.org.br
www.plataformabndes.org.br
www.unicafes.org.br
www.unitrabalho.org.br
www.unisolbrasil.org.br
www.ufscar.br/~consusol/incoop.htm
www.ufv.br/pec/itcp/



BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Iª Conferência Nacional de Economia Solidária**. Anais. Brasília: SENAES/MTE, 2006.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: SENAES/MTE, 2006.

Filme “A história das coisas”, de 20 minutos:
<http://www.storyofstuff.com/international/>

FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Relatório da IV Plenária Nacional de Economia Solidária**. Brasília, 2008.

BRASIL.Ministério da Educação. **Relatório das Diretrizes Operacionais para Educação de Jovens e Adultos-EJA**. Brasília, 2008.

GADOTTI, Moacir e GUTIÉRREZ, Francisco. **Economia de solidariedade e organização popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

